

DR. ASCENSÃO CONTREIRAS

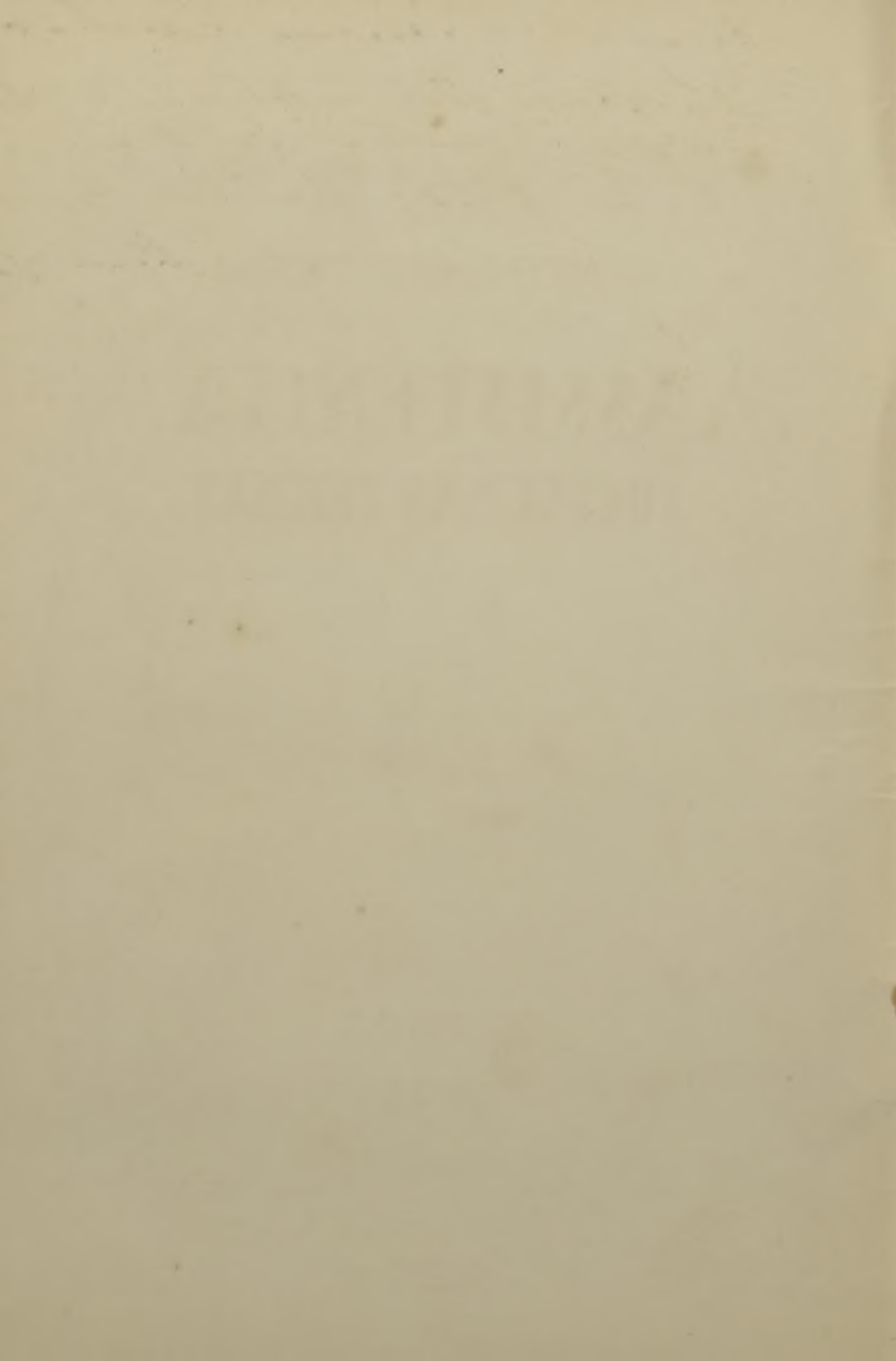
**ASSISTÊNCIA  
SOCIAL NAS TERMAS**



LISBOA

1936

RC  
MNCT  
615  
CON



Do Excelentíssimo Senhor  
Professor Doutor Henrique de Villena,  
irmão Apóstolo do Bem e  
do Belo, ofereço com as  
meas respeitras homenagens  
Srs. Alvarios Amenas Justicias

DR. ASCENSÃO CONTREIRAS

# ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS TERMAS

CONFERÊNCIA REALIZADA NO SALÃO  
NOBRE DO CLUBE DOS FENIANOS, A  
CONVITE DA LIGA PORTUGUESA DE  
PROFILAXIA SOCIAL, EM 27 DE JUNHO  
DE 1936



RC  
MNL  
6/5  
CON



Senhor Presidente:

As minhas primeiras palavras não podem deixar de ser de reconhecida homenagem pelo honroso convite com que fui distinguido, e desde já confesso que não foi sem hesitação que me abalancei a vir a esta tribuna ilustrada por tantos valores com a doutrina eloqüente do seu saber. É, pois, à Liga de Profilaxia Social — que tão relevantes serviços tem prestado à causa da sociedade — que cabem as melhores palavras de justiça e de alto aprêço pela obra realizada e que, em grande parte, bem dirigidas são aos Srs. Drs. António Emílio de Magalhães e Gil da Costa, como fervorosos paladinos da luta pela defesa eficiente das condições da vida.

Sendo a assistência nas termas assunto de tão vasto alcance nos domínios da hidrologia médico-social, todo o concurso que possa ser dado será proveitoso para os patrióticos objectivos que se têm em vista; e, entre as altas competências que devem debatê-lo, destaca-se o

notável hidrologista Prof. Armando Narciso, que em breve dará aqui a luz dos seus ensinamentos.

Incumbe ao médico um papel muito complexo para o bom êxito no campo social, pois que especiais predicados lhe são exigidos, tais como: saúde, bom senso, boa memória, gôsto pelo trabalho, bondade, discrição, paciência e até uma poalha de bom humor a amenizar a palestra...

E não vá julgar-se que tal jactância pela nossa profissão seja lauda de cortesia ou presunção de recursos de quem tem a honra de aqui falar, pois com a convicção sincera de se encontrar no polo oposto é que os trouxe à colação êste humilde *João Semana*, da cidade, que procura suprir o seu minguido fôlego pela indulgência de tão distinto auditório, cujo favor atenuará as suas deficiências.

## Minhas senhoras e meus senhores

Entre as riquezas inesgotáveis que se acumulam na terra portuguesa, desfrutam um lugar de indiscutível relêvo as nossas águas medicinais, que, se não imperam ainda no conceito internacional, nada têm a recear nos benefícios que prestam as mais afamadas termas europeias.

Assim, às belezas incomparáveis dêste recanto da Europa, a que o Atlântico dá um cunho inconfundível, atraindo pela suavidade do clima e beleza da paisagem, alia-se maravilhosamente uma extensa e variada escala de valores hidro-medicinais que podemos reputar como sendo dos primeiros do Mundo.\*

Por um lado, nos vergéis de Entre-Minho e Douro, irrompem as nascentes de Vizela, Gerez, Monção e Caldelas; por outra banda, na vertente alcantilada das colinas trasmontanas, emergem os caudais de Vidago e Pedras Salgadas; além, no cenário majestoso das Beiras, embrenham-se com as ravinas as fontes

rádio-activas de Cambres, Caria e Urgeiriça; mais abaixo, a Curia na pitoresca Bairrada e outras nascentes de planície em regiões outrora sertanejas, e hoje transformadas, como por milagre, em viçosos oasis; descendo até ao Algarve encontramos as Caldas de Monchique, na magia de luz daquele rincão paradisíaco, abundante pomar onde ao lado das plantas tropicais florescem as de clima frio!

Não devemos esquecer que mesmo no estonteador bulfício da capital se acham o manancial das Alcaçarias e os banhos de S. Paulo; e neste laborioso distrito do Pôrto, um rosário de caudais aflora, abraçando ternamente os seus habitantes.

Na zona granítica do norte prevalecem as águas sulfúreas primitivas e as bicarbonatadas sódicas; na faixa calcárea do centro, assinalam-se sobretudo as carbonatadas cálcicas e as sulfúreas degeneradas, e na constituição sedimentar do sul, mesclada de terrenos mezo-cenozóicos, brotam as nascentes de tipo misto, com predomínio, por infiltração, no litoral das fontes cloretadas.

Todos estes caudais, quer despenhando-se do alto das serranias, quer debruçando-se ao nível das várzeas, criaram graciosas estâncias que, como manchas de côr, engrinaldam o país inteiro, trazendo-nos como dádiva salutar a alegria de viver.



Comprovada a importância das fontes, era mister dar-lhes a mais larga aplicação, dentro dos progressos da hidrologia, aproveitando a tradição do culto pela água como elemento de cura e princípio vital de todos os seres.

Segundo a Bíblia, Deus disse: «Faça-se o firmamento no meio das águas e separe umas águas das outras águas».

Moisés foi, recém-nascido, oculto nas águas do Nilo, prescrevendo-lhe mais tarde Jeová a colocação de uma bacia de bronze, cheia de água, entre o tabernáculo do testemunho e o altar.

Antes de se aproximarem do tabernáculo ou do altar os sacerdotes deviam lavar as mãos e os pés e só depois é que estavam aptos para oferecer os perfumes ao Senhor.

Salomão mandou edificar no adro do templo de Jerusalém um vasto e magnífico tanque, chamado *mar de bronze*, onde os judeus deviam lavar-se antes de penetrarem no templo.

S. João lega-nos a informação de que nas salas das bodas de Caná havia seis hídrias de pedra que ali estavam para purificação dos judeus.

Mesmo não escogitando as primitivas eras, sabe-se fora do aspecto litúrgico que as operações hidriáticas eram já do conhecimento de Celso, Galeno, Plínio e Heródoto.

E se levarmos em conta os vestígios encon-

trados de testemunhos votivos de oferendas como reconhecimento de curas — inscrições, moedas e outros artefactos — verifica-se desde recuados séculos o emprêgo da água como agente terapêutico num empirismo de prodigiosa intuição.

Que distância nos separa dos tempos de esplendor termal da velha Grécia e do primitivo Império Romano, em que o uso das águas invocava divindades mitológicas tais como Apolo, Esculápio, Neptuno e Vénus e onde os balneários constituíam lugares de luxo e de prazer... A cultura física dêsses povos ia buscar à água o elemento fundamental da sua hygiene e robustez.

Fica, pois, demonstrado que os balneários tiveram nas épocas antigas o seu vasto campo de aplicação, e se houve um certo desfalecimento no seu curso, mais se deve attribuir à dissolução dos costumes, do que pròpriamente à influência demolidora que se manifestou também, principalmente pela invasão dos bárbaros, que destruíram vastas edificações termais.

Novo impulso foi dado posteriormente às práticas hidrológicas, que através de todos os obstáculos reagiram vitoriosamente; e a tal ponto se firmaram a partir do século XVI que, postas em moda, num crescente desenvolvimento vieram até os nossos dias.

Imputa-se, entretanto, à Idade Média a res-

ponsabilidade de contrariar a frequência termal, mas estando nós agora na fase de reabilitações, convém acentuar que jámais nesse longo período de dez séculos as termas deixaram de ser visitadas pelos nobres, muitos dos quais promoveram junto delas a construção de hospedagem, como adiante se verá, e até se contam entre os seus freqüentadores figuras do mais alto nível, tais como Carlos Magno e mais tarde Luiz XI e a sua côrte.

É que a tão apregoada proibiçãõ da Igreja, há que confessá-lo, provinha não da circunstância do catolicismo pôr estôrvo à higiene, mas tão sòmente das licenciosidades que como reminiscência pagã se praticavam nos balneários, tornados centros de corrupção e, portanto, ofensivos à moral, o que lògicamente a Igreja mantenedora da pureza não podia sancionar.

A propósito da restauração da verdade histórica, no aspecto que estamos versando, tomamos a liberdade de nos socorrer da erudição do Prof. Serras e Silva, não resistindo a destacar da sua obra *O Catolicismo e a Higiene* a seguinte passagem de Gregório Magno, ali citada:

«Têm-me dito que maus prègadores condenam o banho ao domingo; a verdade é que, se a volupia e a luxúria vos levam ao banho, então nós não o consentimos nem ao domingo nem em outro

qualquer dia. Mas se o banho foi tomado por necessidade do corpo, nós não o proibimos mesmo ao domingo, porque está escrito: ninguém aborreça a sua própria carne; cada um tem o dever de a nutrir e cuidar. Porém, também está escrito: ninguém cuide o seu corpo por espírito de concupiscência.»

E ainda o mesmo tratadista nos elucida que Santa Teresa e S. Francisco de Sales consideravam o asseio como virtude. S. Agnelo de Nápoles obrigava os padres a tomar banho.

Demais, como é sabido, junto dos mosteiros e nas próprias igrejas, que noutro tempo tinham uma configuração diferente, havia estabelecimentos de banho públicos.

E como não havia de ser assim, se o dilúvio simboliza a água como elemento purificador da humanidade inteira e o baptismo cristão, utilizando-a, procurava divinizar o homem.

Os grandes empreendimentos marítimos que cimentaram o conhecimento do Mundo, foram embalados pelas caravelas da Cruz de Cristo, através dos mares do planeta, o que nos obriga a reconhecer ainda nas águas o seu alto poder perante os grandes destinos, através da Civilização.

Mas não é bem êsse o aspecto que pretendemos focar agora, mas sim o que se refere ao lado social, onde de resto avultam factos

que em íntima relação confirmam o que antes fica dito.

Analisemos o problema com respeito ao nosso País: A assistência social nas termas vem desde os fundamentos da nacionalidade, pois por intermédio de D. Teresa, segundo uns, ou de D. Mafalda — mulher do nosso primeiro rei — foi estabelecida uma Albergaria em Canavezes. E D. Afonso Henriques que partiu uma perna no cêrco de Badajoz, quando, nas Caldas de Lafões, tratou das consequências dessa fractura, ordenou a edificação de uma casa de banho e de um hospício. Também animada dos mesmos sentimentos caritativos, sua neta, a Infanta D. Mafalda — alma aureolada de martírio — ao regressar de Castela a Portugal manda construir a expensas próprias uma Albergaria junto às Caldas de Arêgos.

A estes régios precursores da Assistência Social que depois floresceu, veio juntar-se providencialmente a iniciativa particular, constituindo-se uma nova modalidade — pousadas para os peregrinos enfermos organizadas sob a protecção dos senhores feudais.

Muitos guerreiros que tomaram parte nas Cruzadas à Palestina voltavam contaminados e ao desembarcarem nos nossos portos facilitavam a propagação de doenças de que eram portadores.

Entre essas legiões havia leprosos e sarnen-

tos que por imprecisão de diagnóstico tinham uma designação que não possui equivalência rigorosa na linguagem médica actual, e que era a de gafados.

Um dos lenitivos para dulcificar os seus males consistia no contacto untuoso das águas sulfurosas. Dali proveio o desenvolvimento das gafarias, de que há notícias muito curiosas, e em que Portugal, para nossa glória, ocupa um lugar do mais alto relêvo.

Todavia, êste esbôço de medicina social desenha-se mais nitidamente trezentos anos depois, no expirar do século xv, devido à influência de D. Leonor, soberana a quem o Conde de Sabugosa considerou desnecessário ligar qualquer outro atributo além do simples nome, para designar uma das figuras de mais nobre distinção da galeria extensa das grandezas de Portugal.

Diz a tradição que a rainha, já desenganada dos médicos, vira, na sua passagem de Óbidos para a Batalha, a pobreza a banhar-se numas poças de água, verdadeiro charco, sem qualquer hygiene ou confôrto; e, servindo-se também da mesma água, com ela encontrou melhoras para a sua enfermidade.

Em acção de graças pelos benefícios recebidos, patrocinou a construção de um Balneário Hospitalar, vinculando assim o seu nome ao primeiro hospital verdadeiramente termal.

São estas atitudes de transcendente altruismo, que gostaríamos de ver multiplicadas; mas parece que um certo abastardamento dos sentimentos avassalou o Mundo, tornando os espíritos insensíveis à desventura alheia.

E, contudo, nas circunstâncias da atmosfera efervescente que respiramos, é que precisamente se torna mais necessária a prática das maiores virtudes de caridade cristã, que, como fonte de harmonia social, encerrem um valor mais alto do que muitos presentem.

Todos aqueles que se entregam ao sublime apostolado das curas morais, não desconhecem a grande importância, na hora que passa, da conjugação dos esforços nesta obra de defesa social a-fim de não sermos atingidos por funestas consequências.

Por uma resenha apresentada pelo Professor Durand Fardel ao Congresso Internacional de Hidrologia, realizado há anos em Lisboa, podemos aquilatar, ainda que num breve resumo, como a protecção aos necessitados está assegurada nas estâncias termais de diversos países da Europa.

Assim, na Inglaterra apoia-se na caridade privada, numa íntima cooperação entre os que possuem e os que necessitam. Na Alemanha, as caixas de seguro social tomam essa responsabilidade, de que anualmente aproveitam, por direito próprio, milhares de associados.

Na Itália, o Governo concede facilidades de viagem aos doentes que se dirigem às estâncias termais, e os operários do Estado e dos Sindicatos encontram facilidades, tanto da parte das Confederações Patronais como dos proprietários dos estabelecimentos.

Na Rússia, quaisquer que sejam os seus detentores, todos os locais terapêuticos e estâncias de águas com suas instalações, etc., tornaram-se em bens nacionais e, como propriedade do Estado, são exclusivamente reservados aos trabalhadores.

Na Suécia existe uma Repartição de Pensões organizada de molde a facilitar tratamentos termais, sendo dois terços do dispêndio pagos por êsse serviço e o terço restante pelo doente, ajudado ou não por Associações de Socóros Mútuos, onde se acham inscritos mais de 15 por cento da população.

Em França, desde 1796, está instituído por decreto do Directório o tratamento gratuito nas águas minerais para os militares feridos ao serviço da Pátria e aos indigentes. Existe em Paris um serviço hospitalar, dirigido por professores de hidrologia, onde os doentes destinados a tratamento termal são depois de exame apresentados a uma comissão de escolha, funcionando junto da Assistência Pública, que posteriormente os envia para as estâncias competentes.



Em Portugal, a lei estabelece que será gratuita para os indigentes e para os empregados das estâncias a taxa de inscrição médica, bem como todos os serviços clínicos de que careçam durante a sua permanência ali, mas não define a latitude da obrigatoriedade quanto aos concessionários, o que de modo lamentável dá ensejo a que se tropece continuamente em obstáculos.

É com justiça que se ennobrece a função do médico, considerada como sacerdócio; no entanto, os clínicos das estâncias não se encontram em condições de dar soluções eficientes, pois não depende exclusivamente deles os actos humanitários, que só podem ser regulados pelo exercício oficial do regime de concessão de águas.

Pelo exemplo do que se passa lá fora e sendo entre nós as águas tidas como património do Estado, devia haver um reconhecimento voluntário da parte daqueles que o usufruem, colaborando nas responsabilidades inerentes a esse privilégio.

Mas quando assim não succedesse, quer por as empresas exploradoras das águas não sentirem a chama interior da Caridade, ou ainda por lhes faltar a suficiente lucidez de observação humana, haveria que levá-las a não se eximirem ao superior interêsse colectivo, esclare-

cendo por meio de cláusulas obrigatórias o dever de assistência às classes menos favorecidas.

Perfilhando a opinião manifestada pelo Dr. José Martins Moreira, no seu opúsculo *Águas Minerais*, diremos que a saúde pública não pode estar à mercê de proprietários, que têm sobre uma coisa — o *usus*, o *fructus* e o *abusus*. Acrescentando que no caso particular das águas minerais a injustiça consistiria em permitir que um pequeno número se apropriasse das nascentes, privando a grande massa de as utilizar como meio de cura; injustiça que se iria agravando progressivamente, na medida em que a importância social das águas se fôsse valorizando com a divulgação do seu uso.

Embora como medida provisória para evitar maiores dispêndios, e a lesão de interêsses considerados legítimos, devemos sugerir a adaptação do existente, estabelecendo a assistência hospitalar simplesmente nas estâncias em que o Estado é proprietário directo.

Dêste modo, ao norte, a abertura do Hospital Colonial, do Gerez, daria assistência a certos doentes do fígado e aos colonos convalescentes, como tanto se vem preconizando; no centro, o Hospital D. Leonor, das Caldas da Rainha, continuando subordinado à organização actual, com a ampliação a que ali se está procedendo, ficar-lhe-á assegurada uma mais

vasta lotação, para as afecções que lhe são tributárias; e ao sul contaríamos com as Caldas de Monchique, desarticulando as enfermarias do balneário e construindo à-parte o edifício hospitalar, com o desenvolvimento que a população enfêrma do Baixo Alentejo e Algarve requiere.

Isto mitigaria a situação dos doentes a quem estivesse adequado aquele tipo de águas, mas para os que carecessem de tratamento hídrico de género diferente, socorrer-nos-íamos das restantes termas, ressalvado o cunho insofismável da obrigatoriedade que — repetimo-lo — é o único considerado como podendo dar garantia em tôda a sua plenitude.

Chamando a atenção para um problema que urge resolver, temos em vista ir ao encontro do legítimo anseio dos duplamente mal afortunados pela miséria e pela doença, muitos dos quais obscuros heróis que deram todo o esfôrço da sua vida em prol do bem geral.

O movimento de renovação patriótica que se está a operar noutros departamentos requiere que na sua seqüência se fortaleça a defesa desta esfera nacional, ajustando-a às medidas de alcance social em curso; e estamos esperançados de que o Govêrno, ponderando êsses factores, não olvidará tão interessante obra de assistência aos humildes trabalhadores.

Nós, que atàvicamente somos um povo de

sonhadores, marcando como os primeiros do Mundo na abolição da pena de morte e, ainda há pouco, numa época de crescente guerra e ódio feroz, afirmámos o nosso idealismo histórico, sulcando o espaço entre dois mundos, em vôos épicos de acção e de audácia, assistindo a fecundas realizações materiais, precisamos mergulhar nas fontes da moral austera em que se formaram os grandes guerreiros, os grandes navegadores, os mártires e os santos, que levaram a tôda a parte com o nome ilustre desta Pátria gloriosa o símbolo da sua virtude e da sua Religião!

E — como triste é dizê-lo! — quando saímos dos nimbos da História, lançando um olhar sôbre êste velho País, cantado pelas ondas, exaltado pelas montanhas, regado pelos rios, sempre envolvido num luar de luz, e atentando na sua população contristada, somos moralmente forçados a empregar os recursos ao nosso alcance para deter a onda de miséria, evitar o depauperamento da raça e legar às gerações futuras o património moral e intelectual que os nossos antepassados nos transmitiram!

Para constituir êsse objectivo é condição fundamental uma boa educação e uma perfeita organização do trabalho. Mas êsses meios só não bastam, e para os completar é preciso utilizar ainda a fé e a vontade, poderes sobrenaturais e maravilhosos com que Deus nos do-

tou, para que possamos ser fortes, ser justos e ser felizes, usufruindo em plenitude a máxima que nos diz que o gôzo supremo da vida advem do contentamento de nós próprios.

O espírito tem de se erguer no progresso moral para completa glorificação da vitória!







RÓ  
MU  
LO



CENTRO CIÊNCIAS  
UNIVERSIDADE COIMBRA

\*1329679173\*

